

1. Durante a realização do pregão 28/2020 – Contratação de Serviço de Transporte de Urnas, o licitante classificado provisoriamente na **primeira colocação**, para o lote 3 não anexou juntamente com a proposta documento de habilitação exigido na condição e.2.1 do Edital. O documento em apreço é uma declaração de que pretende subcontratar o transporte aquaviário. Nessa situação o licitante vencedor do lote ficaria desobrigado de apresentar a habilitação para o exercício de atividade de Operador de Transporte Modal fornecido pela ANTT.

*“e.2) Comprovação de habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, conforme Decreto nº 3411/2000 e Resolução nº 794, de 22 de novembro de 2004, somente para o item 01 e Lote 03, que contém previsão de utilização de embarcações.*

*e.2.1) Ficar dispensada da apresentação do Registro indicado na **Condição e.2** a Licitante que apresentar declaração de que pretende subcontratar o transporte aquaviário.*

*e.2.2) Caso a licitante pretenda subcontratar a mesma empresa para realizar o transporte rodoviário do polo de informática para o município-sede da zona (conforme permissão constante do Termo de Referência, item 4.16, Anexo I do Edital) e o transporte aquaviário deverá apresentar declaração nesse sentido e, ainda, comprovar que a subcontratada atende à exigência da **Condição e.2**.*

*e.2.2.1) A comprovação de que trata a **Condição e.2.2** será realizada no prazo estabelecido no Plano de Ação, Anexo A do Termo de Referência (Anexo I do Edital), para a apresentação da relação dos veículos e embarcações que serão utilizados na prestação dos serviços.”*

2. Instado a manifestar as razões pelo não envio do documento, o licitante argumentou, através do chat<sup>1</sup> que a declaração supra mencionada não consta no rol de documentos de habilitação previsto no art. 4º, Inc XIII da lei 10.520/2002, e que por esse motivo sua proposta não poderia ser inabilitada. Ponderou ainda, que a predita declaração estava pronta e que não a enviou de imediato pelo fato de não ter arrematado algum item que contivesse transporte marítimo, e assim que o Pregoeiro solicitasse ele a enviaria.

- 2.1. Indo de encontro ao que o licitante ponderou no chat, ele foi o primeiro classificado para o lote 3.

<sup>(1)</sup> *O que ocorreu de fato foi que postergamos o envio de tal declaração para o momento em que essa realmente se fizesse necessária, ou seja, caso arrematássemos algum item que envolvesse transporte marítimo.*

*Além disto, tal documento não se configura como passível de, na sua ausência momentânea, causar a inabilitação do licitante pois este não se trata de nenhum dos documentos elencados no Art. 4º, XIII da Lei 10.520/02 que trata desta questão.*

*Ainda assim, contamos com o suporte legal também da declaração do próprio sistema comprasnet onde de forma generalizada já manifestamos ciência e concordância com todas as condições contidas no edital.*

*Isto exposto, lembramos ainda que tão logo arrematamos o item solicitamos a abertura do campo para envio de anexos justamente para enviar a declaração em questão assim como até o presente momento estamos aguardando para efetivar o envio.”*

3. É cediço que o dispositivo legal citado pelo licitante, bem como o art. 27 da lei 8666/93 não contemplam a falta do envio da declaração acima como forma de inabilitação da proposta, embora tal exigência conste no instrumento convocatório, em pesquisa realizada pelo pregoeiro em sítios da internet, reforça a argumentação do licitante, não exatamente pelo fato de ele não ter juntado o documento na época oportuna, mas no caso em tela por não haver previsão legal. Além disso devemos praticar a lógica do formalismo moderado, o que nos leva a crer que a desclassificação do licitante com base apenas na ausência dessa declaração pode ser exagerada, em especial se a sua proposta se revelar mais vantajosa para a Administração.
4. Diante do exposto acima, e do art. 26 do Decreto 10.024/2019, que estabelece que os documentos de habilitação devem ser encaminhados concomitantemente com a proposta com a descrição do objeto e do preço ofertado até a **data e horário de abertura da certame**, e com amparo no art. 17 § único do referido decreto, solicito manifestação dessa Assessoria Jurídica visando subsidiar a decisão do Pregoeiro sobre a recepção da declaração em momento posterior a abertura do certame sob pena de desclassificação da licitante.

Gilson S Conceição  
Pregoeiro